

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Depois que um casal do Zimbábue foi alvo de tiros no distrito de Alexandra — onde mais um imigrante foi morto — a África do Sul decidiu enviar o exército para o distrito, situado na maior cidade do país, Johannesburgo. O objetivo é tentar conter os ataques xenófobos que se alastraram pelo país e já deslocaram 5 mil imigrantes.

O Globo, 22/4/2015, p. 23 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima e os múltiplos aspectos que ele suscita, julgue os itens a seguir.

- 81 Infere-se do texto que o governo sul-africano reconheceu sua incapacidade de intervir e tentar conter os atos de violência contra imigrantes em seu território.
- 82 Nos Estados Unidos da América, em 2015, ações violentas de jovens negros, as quais redundaram em morte de policiais brancos, reacenderam conflitos raciais em uma sociedade marcada pela herança de longo período de escravidão.
- 83 As correntes migratórias, fenômeno histórico de forte sentido sociológico, ocorrem por diversas razões, entre as quais se destaca a fuga de situações concretas de violência.
- 84 Diante da magnitude alcançada pelo fenômeno migratório na atualidade, a Organização das Nações Unidas e a União Europeia assumiram a coordenação do processo de transporte e de distribuição dos milhares de imigrantes asiáticos e africanos que chegam à Europa.
- 85 A xenofobia é uma expressão de nacionalismo radical, sociologicamente marcada pela negação do outro, que levou o mundo contemporâneo a viver situações de graves crises, algumas das quais contribuíram para a deflagração de guerras.
- 86 Preconceitos étnicos tendem a ser fator preponderante para gestos de violência contra imigrantes, como se observa na situação registrada no texto, no entanto, paradoxalmente, a defesa do emprego ante a chegada de mão de obra estrangeira não tem figurado como elemento desencadeador dessas manifestações violentas.

Em texto recente, o jornalista e escritor Alfredo Sirkis condenou aquilo que chamou de “duas fantasias ideologicamente distintas, mas igualmente nocivas: a do ‘bandido vítima da sociedade’ e a da polícia e das prisões abarrotadas, que, mais dia menos dia, acabarão com as drogas. Em ambas, a realidade está no reverso”. Para Sirkis, falta ao país uma “política minimamente inteligente e realista de segurança”, que enfrente a “demagogia de uns e a irresponsabilidade de outros”, além de defender um ordenamento jurídico que combata eficazmente a criminalidade violenta e não abarrote as prisões de pessoas que não representam ameaça maior à sociedade.

Em face das ideias do texto e das múltiplas implicações da realidade por ele abordadas, julgue os itens seguintes.

- 87 Para Alfredo Sirkis, a ação criminosa não condiz com a natureza pacífica dos indivíduos e decorre das circunstâncias geradas e impostas pela sociedade.
- 88 Estudiosos que se dedicam ao exame da violência nas sociedades contemporâneas afirmam que a sensação de impunidade, estimulada por falhas na legislação e na aplicação da justiça, é importante fator para a expansão da criminalidade.

- 89 Penas alternativas, como a prestação de serviços à sociedade, são possibilidade de punição a delitos de menor gravidade, o que evita a superlotação indiscriminada de presídios e não deixa impune o infrator.
- 90 No Brasil, séculos de escravidão deixaram marcas profundas na sociedade, visto que a extinção oficial do regime escravocrata não foi acompanhada por mecanismos que incluíssem os antigos escravos e seus descendentes no pleno exercício da cidadania.
- 91 A sociedade contemporânea, ao tornar-se cada vez mais complexa, fragmentando-se em incontáveis segmentos, amplia consideravelmente as fontes geradoras de conflitos e de violência.

Com relação às características do preconceito como forma de violência e à relação entre violência e paz na sociedade contemporânea, julgue os itens que se seguem.

- 92 Devido à pressão das superpotências que disputavam a hegemonia mundial, optou-se por não incorporar ao texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem a tese de que a luta contra a violência é condição para a paz duradoura.
- 93 Recentemente, em uma grande metrópole brasileira, uma adolescente, ao sair de um culto de matriz africana, foi apedrejada e insultada com gritos que a identificavam a uma entidade diabólica. Sociologicamente, esse é um caso de violência tanto simbólica quanto física.
- 94 A força do conservadorismo presente na sociedade brasileira impediu que a Constituição de 1988, mesmo que fortemente assinalada pelo espírito de cidadania, definisse como crime inafiançável e imprescritível a prática do racismo.

Acerca das políticas de assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 95 Os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, além de presos que necessitem eventualmente de tratamento clínico, abrigam internos que, por apresentarem graves transtornos mentais, são considerados inimputáveis.
- 96 Nas normas referentes à saúde no sistema penitenciário, estão previstas ações específicas para diagnosticar, controlar e tratar a hanseníase.
- 97 As competências da União na PNAISP são executadas por intermédio de ações promovidas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- 98 Compete ao DF e aos municípios, por meio das suas secretarias de saúde, executar, quando da adesão à PNAISP, ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população privada de liberdade referenciada em sua pactuação.
- 99 Conforme previsto na LEP, a assistência à saúde devida à pessoa privada de liberdade no sistema prisional compreende atendimento médico, farmacêutico, odontológico e psicológico.
- 100 Entre as diretrizes estratégicas do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) incluem-se a definição e a implantação de ações e serviços que estejam de acordo com os princípios e as diretrizes do SUS.

No que se refere às políticas de educação nos estabelecimentos penais, julgue os próximos itens.

- 101** Entre outros dispositivos legais pertinentes, o direito da pessoa privada de liberdade à educação é assegurado pela LEP, que contém previsão específica para aulas do ensino profissionalizante e para a realização de estágios de nível superior.
- 102** De acordo com a legislação em vigor, as atividades que possibilitam a remição de pena incluem, entre outras, o trabalho e o estudo.
- 103** As diretrizes do PEESP incluem o fomento à formulação de políticas de atendimento educacional à criança que esteja em estabelecimento penal devido ao fato de sua mãe estar privada de liberdade.
- 104** Os objetivos do PEESP incluem incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, contribuir para a universalização da alfabetização bem como estimular ações de promoção de saúde no âmbito da população prisional.
- 105** A legislação brasileira referente à educação no sistema prisional não prevê o emprego da modalidade de educação a distância.

Com relação ao trabalho e à assistência social realizados no âmbito do sistema prisional, julgue os itens subsequentes.

- 106** De acordo com a LEP, são considerados egressos tanto o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da data de saída do estabelecimento prisional, quanto o liberado condicional, durante o período de prova.
- 107** Entre as ações de assistência ao egresso do sistema prisional incluem-se a orientação e o apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e a concessão, quando necessária, de alojamento e de alimentação em estabelecimento adequado, nos prazos determinados em lei.
- 108** O Sistema Único de Assistência Social, sistema público que organiza os serviços socioassistenciais no Brasil, articula esforços e recursos dos três níveis de governo para executar e financiar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Com base no disposto na Resolução Conjunta n.º 1/2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT), julgue os itens subsequentes.

- 109** De acordo com a referida resolução, a sigla LGBT refere-se à população composta por lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais.
- 110** A resolução em questão tem como objetivo estabelecer parâmetros para o acolhimento da população LGBT em privação de liberdade no Brasil e fundamenta-se na Constituição Federal, em instrumentos internacionais e na legislação brasileira pertinente.
- 111** O direito de ser chamado pelo nome social, de acordo com o gênero, se estende a todas as categorias integrantes da população LGBT descritas na resolução mencionada.
- 112** Em razão de sua segurança e vulnerabilidade, travestis e *gays* em situação de privação de liberdade, quando em unidades prisionais masculinas, podem ser transferidas compulsoriamente para espaços de vivência específicos.
- 113** As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para unidades prisionais masculinas ou femininas, de acordo com seu sexo biológico.

- 114** Embora a legislação em vigor represente avanços no que concerne aos direitos da população LGBT, as normas penais pertinentes ainda não preveem visita íntima para esse segmento.

De acordo com a Portaria Interministerial n.º 210/2014, que institui a Pnampe, julgue os itens a seguir.

- 115** Uma das preocupações expressas na Pnampe diz respeito à construção e adaptação de unidades prisionais para o público feminino, exclusivas e regionalizadas, entendendo-se por regionalização a distribuição de unidades no interior dos estados brasileiros.
- 116** De acordo com as metas da Pnampe, a capacitação permanente de profissionais que atuam em estabelecimentos prisionais de custódia de mulheres, deve incluir temas específicos, tais como prevenção da violência contra a mulher, maternidade e direitos e políticas sociais.
- 117** A ausência de um tópico relacionado, especificamente, às pesquisas e aos estudos a respeito do encarceramento feminino é uma das lacunas dos objetivos da Pnampe.
- 118** O Pnampe foi instituído com o objetivo de reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, o que contribui para a garantia dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras, previstos na legislação em vigor.
- 119** Entre as diretrizes da Pnampe inclui-se a humanização das condições de cumprimento da pena, de modo a garantir o direito a saúde, educação, alimentação, trabalho, segurança, proteção à maternidade e à infância, lazer, esportes, assistência jurídica, atendimento psicossocial e demais direitos humanos.
- 120** Para o cumprimento gradual das estratégias previstas na Pnampe, é necessário que haja articulação do Depen com os órgãos estaduais de administração prisional.